

Valor Econômico, 22 de setembro de 2021

Moedas digitais: nada triviais

Criptomoedas digitais não vão perder a atração que têm hoje como alternativa às moedas soberanas

Por: Armando Castelar

A moeda, explica o livro texto, tem três funções principais: unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor. Para cumprir essas funções, porém, é preciso que as pessoas tenham fé: afinal de contas, o dinheiro não tem valor intrínseco, nem, em sua grande maioria, existe fisicamente, só na memória dos computadores. Como nota Yuval Harari, o dinheiro “é o sistema de confiança mais universal e mais eficiente jamais concebido”.

No último par de séculos, essa confiança resultou, basicamente, de a moeda ser emitida, garantida e aceita pelos governos. Mas isso vem mudando: hoje em dia existem quase dez mil moedas digitais em circulação, emitidas privadamente, totalizando uma capitalização de mais de US\$ 2 trilhões e com circulação diária de mais de US\$ 150 bilhões.

O Bitcoin é a principal delas, vindo a Ethereum em seguida, ambas parte da categoria de criptomoedas, sem lastro em ativos reais ou oficiais, mas que funcionam especialmente como reserva de valor. Na outra categoria estão as chamadas “stablecoins”, que têm lastro em ativos diversos, como a Tether, que vale um dólar. Estas buscam ser um meio de pagamento, substituindo as moedas oficiais por serem aceitas a valor de face em toda parte. É esse também o espírito da Diem, ex-Libra, do consórcio liderado pelo Facebook.

O uso dessas moedas como reserva de valor e meio de pagamento mostra que as pessoas confiam nelas, criando desafios não triviais para as autoridades. De um lado, pois o que acontece com elas escapa à supervisão pública, facilitando seu uso em atividades ilegais. De outro, pois elas permitem que o setor privado se aproprie da receita de senhoriagem - a contraparte da perda de poder aquisitivo da moeda - de outra forma monopólio estatal. Essa é uma das motivações para a criação das stablecoins, a outra sendo o enorme valor das informações que elas permitirão obter sobre seus usuários.

As peças desse jogo estão se movendo com grande rapidez. Ano passado, o banco central da China começou a emitir e testar sua moeda digital. No início deste mês, El Salvador passou a aceitar o Bitcoin como moeda nacional, enquanto os bancos centrais de Austrália, Malásia, Cingapura e África do Sul deram início ao projeto Dunbar, sob os auspícios do BIS, o banco central dos bancos centrais, para testar um sistema de moedas digitais em operações entre países. Hong Kong, China, Emirados Árabes Unidos e a Tailândia estão embarcando em projeto semelhante.

Há, assim, um forte movimento global, que também inclui os EUA, o Reino Unido, a Área do Euro e o Brasil, entre outros, de preparação para emitir moedas digitais de uma terceira categoria, a de moedas digitais dos bancos centrais, definidas pelo BIS como “uma forma de dinheiro digital, denominada na unidade nacional de conta, que é um passivo direto do banco central”.

Por que tanto alvoroço e por que esse é um processo revolucionário, que merece nossa atenção?

O alvoroço vem de os bancos centrais estarem sendo empurrados a criarem suas próprias moedas pela rapidez com que as moedas privadas estão sendo aceitas, e

pelo receio de outros bancos centrais saírem na frente. Há um receio de que, se a aceitação dessas moedas se generalizar, depois será difícil reverter, pois há significativas economias de rede no uso de qualquer moeda. Ou seja, uma moeda não difere muito de uma rede social: quanto mais gente usa, mais interessante fica aderir.

O alvoroço vem de os bancos centrais estarem sendo empurrados a criarem suas próprias moedas pela rapidez com que as moedas privadas estão sendo aceitas, e pelo receio de outros bancos centrais saírem na frente. Há um receio de que, se a aceitação dessas moedas se generalizar, depois será difícil reverter, pois há significativas economias de rede no uso de qualquer moeda. Ou seja, uma moeda não difere muito de uma rede social: quanto mais gente usa, mais interessante fica aderir.

Para muitos será um avanço: haverá mais inclusão financeira, as transferências internacionais ficarão mais fáceis, será menos complicado combater atividades ilegais e se acabará com o que alguns entendem ser um privilégio dos bancos comerciais, que lucram emprestando o dinheiro dos outros, o que só é possível devido à garantia implícita que recebem do governo. De fato, com a moeda digital os bancos só poderão emprestar seu próprio capital, levando ao chamado “narrow banking”.

Para outros, porém, será não apenas uma transição muito difícil, mas o resultado não será bom: a influência do Estado na economia crescerá, pois ele influirá mais na alocação do crédito, visto que administrará a poupança financeira, e disporá de um volume gigantesco de informações sobre os cidadãos do país, sabendo quando, onde, quanto e em que cada um gasta seu dinheiro. Neste cenário, os criptomoedas digitais não vão perder a atração que têm hoje como

alternativa às moedas soberanas. Os governos não podem cair na armadilha de limitar competição no (e do) setor privado.

São dilemas não triviais, especialmente em um contexto em que ficar à espera pode ser contraproducente.

Link para a matéria original:

<https://valor.globo.com/opinioao/coluna/moedas-digitais-nada-triviais.ghtml>